

15Maria Cândida dos Reis Mello, Suplente, e Criciane Lucia da Silva, suplente; Representante 16Entidade Prestadoras de Serviço: Vania Brito Daudt, titular, da instituição Cruz Vermelha Filial 17de Maricá; Edwiges Anacleto de Macedo, Suplente, representante da Instituição Solares. Erika 18dos S. Menezes, suplente da OSC- Espaço e Cidadania e Oportunidades Sociais ECOS; Ana Maria 19Ferreira de Araujo, titular/ Associação de Moradores e Amigos de Cordeirinho, usuários do SUAS; 20Gilson Evaristo da Paixão / Nova União das Associações de Moradores/ Usuários do SUAS. 1- 21pauta - Aprovação da Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual ano 2023, Demonstrativo 22Sintético Anual da Execução Físico Financeira para Cofinanciamento do Governo do Estado do 23Rio de Janeiro, Sistema Único de Assistência Social SUAS. A presidente abriu a reunião após 24verificado quórum, passando a palavra para a comissão de Finanças deste nobre Conselho, com a 25palavra a conselheira Janaina Cosmo, e o senhor Gilson Evaristo, que fez referência ao Ofício 26Gab. SMAS nº 549/2024, de 06/03/2024, da Secretaria de Assistência Social, para o CMAS/Maricá, 27em que encaminha em anexo Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual ano 2023, 28Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira para Cofinanciamento do Governo 29do Estado do Rio de Janeiro, Sistema Único de Assistência Social SUAS, para apreciação e 30possível aprovação até 28/03/2024. A conselheira Janaina Cosmo, fez uma breve explanação de 31como foi o procedimento feito para estar verificando e analisando junto com os demais colegas da 32Comissão de Finanças estas contas. O relato da comissão foi o seguinte: Prezada-Sra. Presidente, 33a Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Assistência Social de Maricá se reuniu no dia 3426/03/2024, às 10h, na Sala do CMAS, localizada à Rua Fulvio Chebabe Guida, 32 Centro – 35Maricá CEP: 24900-810, com o objetivo de apreciar, sanar dúvidas e aprovar a Prestação de 36Contas do Cofinanciamento Estadual ano 2023- Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira para Cofinanciamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro Sistema Único da 38Assistência Social- SUAS, e Conforme Regimento Interno do CMAS, no seu artigo 13º, incisos 39I e II, compete à comissão permanente de finanças: "I - Discutir, avaliar e emitir parecer acerca 40das previsões orçamentárias e execuções financeiras; IV - Discutir, avaliar e emitir parecer das 41subvenções e financiamentos do executivo Municipal Estadual e Federal". Participaram da 42Reunião os Conselheiros: Gilson Evaristo da Paixão, Luan Barroso da Cruz, Janaina Cosmo da 43Silva e Ana Maria Ferreira de Araujo. E a pedido do CMAS Senhora: Rosane Araujo de Azevedo 44(tesoureira do FMAS), e Rita Marins Monteiro, Secretária administrativa do CMAS. Destacamos, 45conforme estabelecido na reunião desta comissão, realizada no dia 16/03/2024, as pendências 46relativas a falta de esclarecimento quanto à "natureza dos pagamentos" e a "totalidade das suas 47conciliações" de acordo com a relação de pagamentos com o Anexo II da Instrução Normativa 48AGE nº 11, de 15/06/2011. Mediante às pendências destacadas anteriormente, esta Comissão 49declara o recebimento prévio dos seguintes documentos destacados abaixo para análise: 50Demonstrativo Sintético Anual da Execução Física Financeira do Governo do Estado; Extratos 51bancários das Contas Correntes e Aplicações Financeiras referente ao mesmo. Conforme análise 52realizada na reunião, foram sanadas todas as pendências de forma documental apresentadas pela 53SMAS (Secretaria Municipal de Assistência Social). Após análise dos dados apresentados, 54referentes à Prestação de Contas do Cofinanciamento Estadual do ano de 2023, conforme 55demonstrado anteriormente, a CoFinCMAS (Comissão de Finanças do Conselho Municipal de 56Assistência Social) não encontramos nenhuma irregularidade, assim como não há irregularidades 57em relação ao atendimento das normas contábeis e leis que regulamentam o setor público. Desta 58forma sugerimos a aprovação por parte do CMAS (Conselho Municipal de Assistência Social). 59Logo após leitura e explicação do relatório, a presidente colocou em votação, e sendo assim a 60mesma foi aprovada por todos. A reunião foi encerrada às 16h32min. Eu, Juliana Maria Araujo 61Brum, Secretária Executiva, assino esta ata com a Presidente que presidiu os trabalhos.

Maricá, 27 março de 2024.

Juliana Maria de Araujo Brum

Secretária Executiva

Alessandra Gabriela Medeiros Guedes Teixeira

Presidente do CMAS de Maricá

## CONSELHO DA CIDADE DE MARICÁ

### ATA - 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA (2024) DO CONCIDADE

**Abertura:** Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas e 20 minutos, na Universidade de Vassouras - campus Maricá, na unidade CENTRO, localizado na Av. Roberto Silveira, 437, Centro – Maricá/RJ, realizou-se a primeira Reunião Ordinária do Conselho da Cidade de Maricá, com a seguinte pauta: comunicação e relatorias dos Conselheiros Governamentais sobre o planejamento e andamento e gestão de ações das pastas em 2024; consolidação do Planejamento/agendas do ConCidade em 2024 e a organização de etapas da 6ª Conferência Nacional das Cidades. Estavam presentes os seguintes Órgãos e Entidades com seus respectivos titulares e suplentes, relacionando-se abaixo a lista dos conselheiros que compareceram de forma presencial.

Conselheiros presenciais:

- Antônio Francisco Fedele (Titular), da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria, Petróleo e Portos;
- Adalton da Motta Mendonça (Suplente), da Secretaria de Economia Solidária;
- Carla Nunes Santos (Suplente), da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá - SOMAR;
- Felipe Silva Lima Queiroz (Suplente), AMADARCY;
- Jacineide Lemos Soares (Titular), do Movimento Democrático Afrodescendente pela Igualdade Equidade Racial - MOVIDADE;
- Jaílido de Souza Santos (Titular), da Federação das Associações de Moradores de Maricá - FAMMAR;
- José Rosa de Almeida Filho, Associação Comercial de Maricá – ACM;
- Luz Marina de Souza (titular), da Associação de Moradores do Condado;
- Marcela Costa Ribeiro Correa Pitote (Titular), da Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos;
- Milton Cabral Abrahão (Titular), da União das Associações de Moradores de Maricá;
- Rosevaldo de Lima Araújo (Suplente), da GRES - Escola de Samba União de Maricá;
- Valério Silva (Titular), do Movimento Negro Unificado- MNU;
- Will Robson Coelho (Suplente), da Secretaria de urbanismo;
- Ygor de Sousa Afonso Oliveira (Titular), da Associação Maricaense de Bombeiros Cívicos e Socorristas;

A Reunião teve início após atingir o número de quórum de conselheiros presentes, onde o Senhor Will Robson Coelho, como representante da Secretaria de Urbanismo iniciou a abertura dando os informes sobre a 1ª Reunião Ordinária de 2024 do Conselho da Cidade, onde relatou a pauta principal da discussão, que trata da comunicação e relatoria dos conselheiros governamentais sobre andamento e planejamento de gestão de ações de cada pastas, consolidação e planejamento da agenda do ConCidade, e por último a organização da 6ª Conferência Nacional das Cidades. Em razão da ausência do Secretário Celso Cabral, o senhor Will Robson no interino papel da Presidência do Conselho da Cidade, oficializou a posse dos novos conselheiros substitutos. No primeiro momento, o conselheiro relatou a respeito das substituições no quadro de conselheiros do Conselho da Cidade, expressando a sua saída da Secretaria Executiva do ConCidade, assumindo assim a vaga de suplente da Secretaria de Urbanismo. Portanto, ficou designada para a vaga da Secretaria Executiva do ConCidade a senhora Patrícia Albuquerque dos Santos Marins, que vem atuando desde a posse do novo mandato do Conselho da Cidade e tem dado o suporte administrativo à Secretaria Executiva do ConCidade, a contar do início de estágio até os dias atuais como servidora do Secretaria de Urbanismo. E por último, a substituição do conselheiro da Companhia de Desenvolvimento de Maricá pelo senhor Sady Bianchin, Diretor de Economia Criativa. Quanto às demais substituições no Conselho da Cidade de Maricá, informou-se sobre a solicitação por ofício do conselheiro Guilherme Di Cesar (Cidade Sustentável) para substituição da vaga, no qual ficou indicado o Sr. Luiz Felipe Santos da Silva, servidor e representante da sociedade governamental. Encerrado o Rito de Posse, o suplente da Presidência Will Robson começou a relatoria da Secretaria de Urbanismo sobre andamento e Planejamento de gestão de ações de cada pasta. Um dos principais pontos a ser mencionado por ele foi a finalização do Plano de Mobilidade Urbana e Alinhamento Viário, as ações de mobilização

do Taboal, a revisão de Legislação complementar (Código de Obras e do Zoneamento, Uso do Solo e Parcelamento) a revisão do Manual de calçadas, os grupos gestores, Obra do Mirante do Caju e a etapa municipal da 6ª Conferência da Cidade. Conforme apresentado na última reunião do ConCidade, registrado em Ata e publicado no Jornal Oficial de Maricá, o Plano de Mobilidade Urbana e Alinhamento Viário possui uma minuta, cujo processo administrativo já consta na Análise Jurídica, como um Decreto que institui o Plano de Mobilidade de imediato. Embora, determinadas Secretarias estejam seguindo o que está previsto no Plano e já tenham o adotado, tal qual, ele já teria o efeito imediato. Posteriormente, pode ser encaminhado para discussão na Câmara Legislativa, a fim de consolidar também como um Projeto de Lei, no qual seria mais duradouro e difícil de alterar, pois requer de dois terços para ser mudado, tendo um enorme amparo. De outro modo, o Decreto possui uma grande flexibilidade, podendo uma nova gestão alterá-lo. Diante do exposto, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro comunicou sobre a Auditoria nos 90 Municípios do Estado do Rio de Janeiro, na finalidade de averiguar como foram feitos, como estão sendo feitos e se estão sendo feitos os Planos de Mobilidade Urbana. Quanto a isso, é de suma importância ter iniciado o processo administrativo, para que o quanto antes seja levado ao Gabinete do Prefeito para a tomada de decisão, seja como um Decreto para sua aprovação ou Projeto de Lei para a tramitação no Legislativo. Vale ressaltar que, no Brasil existem mais de 10 municípios que adotaram o Decreto no Plano de Mobilidade, a exemplo temos Belo Horizonte e interior de São Paulo, cidades importantes e até maiores que Maricá. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Will Robson mencionou o seu papel de coordenador no setor de Planejamento Urbano e Gestão da Cidade, estabelecendo o planejamento advindo dos Planos. Neste primeiro momento, a Secretaria de Urbanismo tem dado seguimento a algumas ações do Plano de Mobilidade Urbana e de Alinhamento Viário, assim como a questão das Vias, afastamentos, vias marginais e corredores. Atualmente, alguns servidores do Planejamento Urbano e Gestão da Cidade estão integrados nos grupos técnicos (GT'S) que envolvem pontos de ônibus, reformulação, troca e disciplinamento dos pontos. Outra questão relevante para a cidade é a mudança do sistema atual, para o sistema tronco alimentador, que possibilitará criar estações de transbordo, implantando os terminais metropolitanos, terminais locais, além da reforma dos terminais já existentes. Com o intuito de realizar o estudo para a Via Norte e a qualificação do eixo Sul, que estão buscando viabilizar o Estudo Técnico Preliminar para fazer a contratação de uma Empresa de Consultoria Especializada seja por Edital de Licitação, conforme mencionado na última reunião do ConCidade. A ideia é tentar qualificar a estrada que passa na restinga para ser uma conexão, como prevista pela Diretoria de Estrada e Rodagem (DER) da RJ 102. Entretanto, existe uma outra possibilidade de torná-la uma Via Parque isolada, sem risco de comprometer a área do entorno, para isso é necessário que haja doação dessa área, pois trata-se de uma propriedade privada. Quanto a isso, vale ressaltar que o ConCidade propôs uma reunião extraordinária para discutir sobre a conexão da Via Sul, porém em dezembro de dois mil e vinte e três, porém o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso embargou por decisão monocrática o Licenciamento e a disfunção na área da restinga. Diante do exposto, a realização da Moção de apoio foi provisoriamente suspensa, assim como a reunião extraordinária prevista com os conselheiros para fim de discutir o assunto. Quanto às demais atividades da Secretaria de Urbanismo, o Senhor Will Robson informou sobre a revisão do Manual de Calçadas, um convênio da Prefeitura Municipal de Maricá com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e que nos dias 07 e 08 de março será realizado um Workshop de acessibilidade da FIRJAN e Políticas Inclusivas, na Universidade de Vassouras. Adiante, temos a obra do Parque Mirante do Caju que atualmente tem a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) como responsável por executar a obra, sendo um Projeto de autoria e responsabilidade da Secretaria de urbanismo. Além deste Projeto, dispomos do Programa Urbanista por um Dia que é realizado nas escolas e comunidades, tendo a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) como responsável por desempenhar as obras das praças que são idealizadas pelos alunos e projetada pelos arquitetos da Secretaria de Urbanismo. Neste ano, está previsto para ser entregue duas praças, que vem sendo acompanhada durante todo o processo de execução por nossos servidores. Ainda há outras

revisões da Legislação complementar a serem feitas, tais como o Código de Obras, que por sinal já possui uma discussão e minuta feita, além da Lei de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo. Vale ressaltar que o Plano Diretor possui apenas o Macrozoneamento, pois o Zoneamento consta apenas na Lei auxiliar, que a propósito precisa ser revista só depois da aprovação do Plano Diretor. Em virtude disso, outros encaminhamentos encontram-se parados, necessitando apenas da aprovação do Plano Diretor para dar andamento. Quanto às revisões mencionadas, o conselheiro Will Robson relatou o interesse em contratar uma consultoria para a construção dos estudos bases e processo participativo, porém o maior problema é não ter as outras revisões que dão prosseguimento ao documento. Em concordância com a fala do conselheiro, o Senhor Felipe Queiroz alegou ser muito válido a contratação, pois trata-se de algo moroso quanto ao seu processo. Um exemplo narrado pelo conselheiro foi do município de Niterói, que está a quatro anos realizando a revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, passando desde o Ministério Público, Governo e Câmara Legislativa. O conselheiro Will Robson esclareceu que a contratação de uma consultoria dá maior organização e transparência, pois se o setor de planejamento der prosseguimento sozinho internamente, será extremamente difícil dar a publicidade adequada aos estudos. Visto que, tanto o Plano de Mobilidade quanto o Plano Diretor foram muito bem estruturados, em razão da prestação de consultoria nos Planos realizados. Em seguida, complementou reforçando a importância da participação da sociedade civil nas audiências e a concretização das oficinas, conforme o roteiro do Edital. Aproveitando a oportunidade, o Senhor Felipe Queiroz recapitulou a devolutiva de um Projeto de Lei na cidade de Niterói, onde foi detectado pelo Ministério Público a ausência de participação dos municípios no processo construtivo do Plano, sendo requisitada a participação social. Em sequência, o senhor Will Robson exemplificou quanto ao processo de construção do Plano de Mobilidade Urbana e Alinhamento Viário, mencionando a participação social, e parcerias entre as Secretarias competentes ao Plano. Além disso, enfatizou a importância de ouvir os técnicos internos e secretarias, os moradores locais e principalmente os empreendedores, pois eles são os que se preocupam com os parâmetros definidos nos Projetos de Lei. Visto que, esse segmento de empresários e construtores são extremamente relevantes quando se trata da Legislação do Uso do Solo, pois trazendo-os para o debate na hora da construção, evitará que lá na frente, ou seja, na Câmara Legislativa seja mudado tudo que foi pensado no Plano. Quanto às Diretrizes para revisar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o suplente Will Robson informou que já possui as orientações, porém é necessário realizar a minuta, o processo de discussão e as reuniões. Conforme o estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) a revisão do Plano Diretor e da elaboração do Plano de Mobilidade e Alinhamento Viário pela Empresa Rua Viva, em ambos os documentos consta o eixo de desenvolvimento orientado ao transporte (DOTS), que trata exatamente de adequar o uso do solo para esses corredores que foram estudados no Plano de Mobilidade. Quanto à Lei de Uso e Ocupação do Solo, o conselheiro garantiu ter uma equipe qualificada e estudos suficientes para fazer uma boa proposta, pois já possuímos o Macrozoneamento proposto na revisão do Plano Diretor, sendo apenas necessário o desmembramento dos Zoneamentos locais. Entretanto, o mesmo lembrou que estão em ano eleitoral, e deverão se organizar para a próxima gestão que assumirá a Prefeitura. Sendo assim, cabe ao Conselho fortalecer essa continuidade, deixando registrado as decisões tomadas nas reuniões, a fim de que a sociedade possa cobrar do novo gestor os andamentos das ações que foram definidas anteriormente. O conselheiro Will Robson complementou a fala do conselheiro anterior, informando sobre as atividades do grupo de apoio técnico de demolições (GATED). Neste momento, o mesmo relatou que o GATED é um instrumento de fiscalização, que ainda não ganhou força total, necessitando urgentemente de reconhecimento por parte do Governo e gestão. Vale ressaltar que, o GATED é composto pela Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos, Secretaria Assistência Social, Procuradoria Geral do Município, Secretaria da Cidade Sustentável, Secretaria de Defesa Civil, Secretaria de Ordem Pública e Gestão de Gabinete Institucional, Secretaria de Iluminação Pública, Secretaria de Trânsito, Autarquia de Serviços de Obras de Maricá – SOMAR, Companhia de Desenvolvimento de Maricá – CODEMAR, dentre elas a Secretaria de Urbanismo, que por sinal conduz as atividades do Gru-

po de Apoio Técnico de Demolições. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Will Robson relembrou a sua participação na reunião do meio ambiente, como conselheiro substituto pela Secretaria de Urbanismo, nas quais foram relatadas sobre o processo do Taboal. Atualmente, o Grupo de Apoio Técnico de Demolições realizou ações de mobilização no entorno do Taboal, através de palestras numa escola local para a população e representantes sociais, além da panfletagem e sensibilização sobre a área aos munícipes. As atividades foram realizadas em três dias, sendo um dia de palestra e dois de mobilização na área e entorno do Barroco. O intuito das ações é conscientizar os moradores e possíveis compradores para aquela área, elucidando acerca da irregularidade de imóveis naquele local. No segundo momento, o conselheiro informou que existe no meio ambiente uma contratação de estudo de viabilizar aquela área numa unidade de conservação. Encerrada a fala do Sr. Will Robson, o conselheiro Felipe Queiroz iniciou a relatoria de sua pasta parabenizando o Governo referente a mobilização do Taboal, visto se tratar de uma área alagável, que necessita de manutenção quanto às emergências climáticas. Portanto, faz ser necessário o desestímulo de construção naquela localidade, a fim de evitar que não somente os moradores daquele lugar sejam prejudicados, mas sim todo o Barroco e entorno da área. Vale a pena ressaltar que, o Taboal é a única Bacia drenante que existe em Itaipuaçu, destinada a receber uma enorme quantidade de água com as chuvas, devido ao cordão arenoso da praia e a Serra da Tiririca no seu entorno. Um dos maiores problemas é a impermeabilização do solo nas áreas, pois se toda a região que foi urbanizada impermeabilizará o solo, tanto o Jardim Atlântico e Barroco será alagada, devido a água não ter para onde sair. Portanto, é muito mais fácil evitar que seja construído na região, do que desapropriar as moradias no local, quanto mais criar uma Bacia de Sedimentação de água ou de armazenamento, que é algo muito caro. Logo em seguida, o conselheiro Felipe Queiroz destacou o esforço da Prefeitura Municipal, Sociedade Civil e Ministério Público para a preservação da região do Taboal. Neste momento, o conselheiro relembrou acerca da reunião do Programa de Drenagem de Itaipuaçu, que trouxe a conhecimento a preservação da área e a criação das bacias de captação próximo ao Minha Casa, Minha Vida, no qual a conselheira Carla Nunes confirmou a fala do Sr. Felipe, sendo um dos 5 locais que o Gustavo Camacho, Diretor de Obras da SOMAR, marcou como Bacias. Ao finalizar, o Sr. Felipe Queiroz anunciou ao conselho que o nível do mar está aumentando, e cada vez mais dificulta o escoamento dessa água. Aproveitando a oportunidade, o conselheiro sugeriu uma Moção de Apoio a iniciativa da Prefeitura Municipal de Maricá, Secretaria de Urbanismo e Cidade Sustentável, que vem realizando ações de preservação e conservação da área do Taboal e do seu entorno. Com a oportunidade de fala, o conselheiro Valério Silva emitiu o seu relato, solicitando ao Conselho que o conselheiro Horácio Figueiredo, representante da Companhia de Saneamento de Maricá, e Guilherme Di Cesar, da Secretaria da Cidade Sustentável publiquem um relatório das ações de pasta de 2024 das Instituições, visto a ausência dos conselheiros na reunião do ConCidade. Em sequência, a Sra. Marcella Corrêa comunicou sobre o trabalho da Secretaria de Habitação e Assentamentos Humanos na área do Taboal e Rio Mumbuca, onde são realizadas atividades que envolvem mapeamento, diálogo, cadastramento e atendimento da assistência social, a fim de construir uma relação para entender o perfil de cada morador. Vale destacar que, a Secretaria de Habitação faz parte do Grupo de Apoio Técnico de Demolições (GATED) juntamente com a Secretaria de Urbanismo, Cidade Sustentável, Assistência Social, Defesa Civil e outros. A conselheira aproveitou para elucidar que na área do Taboal, foram cadastradas mais de 30 famílias, que serão avaliadas quanto aos requisitos necessários para que possam participar dos Programas de Habitação e dos impactos de legislação específica. Para isso, os moradores precisam atender as normas, para que sejam então direcionados ao reassentamento. Como informado pela Sra. Marcella Corrêa, a secretaria tem adquirido casas nas áreas próximas dos municípios contemplados para o reassentamento, na finalidade de atingir o mínimo possível a dinâmica das famílias. Essas novas unidades para reassentamento foram entregues aos moradores compatíveis com o Programa, e podem ser acompanhadas as entregas dessas moradias através das mídias sociais da Secretaria e Prefeitura de Maricá. Após a fala da conselheira Marcela Corrêa, o Sr. Will Robson recordou sobre a solicitação pelo estudo promovido pela Secretaria de Urbanismo aos servidores, que apresentou a Diretoria da SOMAR e Parques e

Jardins, um projeto de ligação da rotatória da Mumbuca a RJ106, através da conexão da Avenida Beira Rio. A proposta apresentada pelos servidores atraiu o interesse das Diretorias, que ficaram de levar e desenvolver adiante o Projeto. Porquanto, o Grupo de Apoio Técnico de Demolições (GATED) vem atuando na desocupação daquela área, que antes estava ocupada com inúmeras casas na Faixa Marginal de Proteção (FMP), e vinha constantemente sofrendo com as chuvas. A ideia é realizar uma Via Parque naquela área, que a conecte diretamente à Rodovia, desenvolvendo um Projeto Urbanístico para essa área recuperada até a RJ106. Em concordância com o conselheiro, a Sra. Marcella Corrêa relatou que a Habitação tem inúmeras vezes sofrido a população que reside na margem da Avenida Beira Rio nesses períodos de chuva, tratando-se de um problema corriqueiro naquela área. Neste momento, a conselheira Carla Nunes comentou sobre a necessidade de fazer além da retirada dos moradores daquela margem, uma ocupação do local pela Prefeitura. Logo após a fala da conselheira Carla Nunes, o Sr. Will Robson reforçou a proposta de realizar uma ocupação urbanística, a fim de evitar e desestimular a ocupação irregular na área da Avenida Beira Rio. Em consonância com o conselheiro, a mesma informou que a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá recentemente foi registrar algumas fotos com drones no bairro das Pedreiras a pedido da fiscalização do Grupo de Apoio Técnico de Demolições (GATED), e identificou construções irregulares de moradia em área pública, onde estava previsto a construção de um conjunto habitacional. Com o Taboal ocorre o mesmo problema, pois trata-se de uma área extensa. E que devido ao crescimento da Taboal, uma vegetação oriunda daquele local, impossibilita bastante que os Órgãos Públicos identifiquem essas construções irregulares em alguns pontos da região, declarou o conselheiro Will Robson. Posteriormente, a Sra. Carla Nunes questionou sobre a finalização do Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil ao conselheiro, onde o mesmo informou não saber sobre o Plano, porém o Conselho da Cidade pode definir pauta para uma próxima reunião extraordinária convidando a Defesa Civil para apresentar o Plano para os conselheiros. De acordo com o discurso do conselheiro, a Sra. Carla Nunes enfatizou que é muito importante para a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) e Secretaria de Habitação ter conhecimento sobre as áreas que necessitam de atenção em razão das chuvas no Município. Em relação a Defesa Civil, o conselheiro informou que a Secretaria e o Major Wellington são muito acessíveis e parceiros, tanto no Grupo de Apoio Técnico de Demolições (GATED) e nos processos realizados pela Secretaria de Urbanismo. A conselheira Marcela Corrêa validou o relatado pelo Sr. Will Robson, informando que recentemente esteve com o Major Wellington numa reunião de demarcação de áreas com risco geológico em Maricá, sendo o Morro do Amor uma área pública, que hoje a Secretaria de Habitação tem cerca de 95% dela com o reassentamento concluído. Com a oportunidade de fala, a Sra. Carla Nunes citou que a Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) recebeu várias notificações do Ministério Público para a construção de muros de contenção. Isso ocorre devido o munícipe possuir um problema em sua moradia, e ao obter um laudo da Defesa Civil, o mesmo aciona o Ministério Público para que seja dada uma solução, sendo então notificada a Prefeitura para realizar o muro de arrimo na casa dele. Entretanto, a Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) é restrita para fazer qualquer ação em área particular, e mesmo diante do exposto, já houveram vezes que o Ministério Público notificou e deu a ordem, e a empresa teve que executar o serviço. Por essa razão, é muito importante obter o conhecimento das áreas do Plano de Riscos, pois só assim justificariam rapidamente e teríamos embasamento para responder o Ministério Público diante desses acontecimentos. Em seguida, a Sra. Marcella Corrêa informou que tem conhecimento de casos como estes, que geralmente são famílias de renda baixa e que não possuem recursos para custear o alto valor que é necessário para solucionar. Infelizmente, a Secretaria de Habitação não possui um programa específico que viabilize esses serviços, apenas realizamos melhorias nas casas, e mesmo assim temos limitações jurídicas para aquilo que realizamos numa área comprada. Em complemento ao exposto pela conselheira, a Sra. Carla Nunes relatou que desde a época do Ricardo Queiroz até o governo de Fabiano Horta, a entrada do Bairro Amizade possui incidências de casos de deslizamento de casas, devido aos cortes realizados no morro para construção de moradias familiares, que se multiplicam de geração em geração. Em consonância com a fala da conselheira Carla Nunes, a Sra. Marcela

Corrêa informou que a área mencionada possui grande dificuldade de acesso, sendo o local que mais tem demanda, além de possuir uma faixa marginal na lagoa, que é quase impossível o acesso por parte dos Órgãos Públicos. Por essa razão, é possível a realização de ações, melhorias habitacionais e reassentamento naquela área. Em sequência, os conselheiros questionaram a conselheira Marcella Corrêa sobre as opções oferecidas ao munícipe referente a obtenção de nova unidade ou indenização, e também da documentação do novo imóvel. A conselheira respondeu que a maioria dos moradores optam por uma nova moradia, em vez da indenização do imóvel. Quanto ao documento do imóvel, o mesmo é confeccionado no nome do proprietário, entretanto o mesmo possui um diferencial quanto aos documentos padrões, a fim de evitar a especulação imobiliária. Devido o exemplo do Minha Casa, Minha Vida, nos quais os contemplados vendem ou alugam suas moradias, e depois retornam a invadir outros lugares. Ao finalizar, a Sra. Marcella Corrêa citou que a terra invadida não tem como ser avaliada, pois trata-se de uma área pública. Em concordância a Sra. Carla Nunes, reforçou que não existe usucapião de área pública, muito menos da Faixa Marginal de Proteção (FMP), ou seja, a terra do morador não tem valor perante a isso. Encerrada a fala, o Sr. Will Robson conduziu a discussão comunicando sobre o interesse de realizar um trabalho em parceria com a Habitação e outras Secretarias, voltado para o Urbanismo Social. O Projeto seria uma Assessoria Técnica Social, disponibilizada à população de baixa renda, na qual a prestação de serviço contemplaria a regularização urbanística, de lote, sobre o uso do lote formal, isenção de taxas e instrução para a construção no terreno. Sabemos que é difícil aprovar e regularizar algo na Secretaria de Urbanismo, e além do mais requer recursos financeiros para legalizar. Em virtude deste, surgiu a ideia de construir o programa e montar um Escritório de Assessoria Técnica em conjunto com outras Secretarias, a fim de facilitar e estimular a legalização dos imóveis e a sua construção. Ao final da fala do conselheiro, o mesmo indagou à representante da Secretaria de Habitação para saber se o programa de melhoria tem continuidade ou se está previsto um novo Edital. A Sra. Marcela Corrêa respondeu ao conselheiro que as melhorias de obras estão no segundo contrato com a previsão de um terceiro contrato para o próximo ano, visto que a demanda é muito grande. Encerrada a fala, os demais conselheiros citaram sobre o programa de qualificação de mulheres Minha Casa Mais Bonita, além de outros Programas e Projetos realizados no Estado do Rio de Janeiro. A exemplo de alguns desses projetos foi citado a Favela Bairro existente a mais de 30 anos, que era implantada nas comunidades após a urbanização, e tinha um escritório no meio da favela composto por assistentes sociais e arquitetos, onde orientavam acerca de reformas, e adequações das legislações. A representante da Autarquia de Serviços de Obras de Maricá (SOMAR) enfatizou uma série de incentivos e créditos disponíveis para Maricá, através das linhas de créditos do Banco Mumbuca e da própria Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Milton Abrahão destacou a possibilidade de abranger com esses programas e projetos as áreas invisíveis de Maricá, assim como Santa Paula, Pindobal, que possuem diversos lotes e são considerados condomínios. Em complemento ao discurso, a Sra. Carla Nunes mencionou sobre o projeto do Escritório Técnico atender as famílias de baixa renda que consta no Cadastro Único do Governo (CADÚNICO), com a finalidade de projetar uma Planta Básica discriminando o que cabe naquela extensão de terreno e área de construção. Aproveitando assim, os programas que já existem, reforçando a continuidade dele em outras organizações, através das parcerias com a Universidade, na finalidade de atender todas as atividades. Para finalizar, o conselheiro Will Robson ressaltou que o Município de Maricá possui o Passaporte Universitário, o Programa de Incentivo ao Estágio que pode ser atrelado aos projetos existentes. Por conseguinte, a conselheira Marcella Corrêa comentou sobre a finalização do Plano de Habitação, onde informou que a minuta será encaminhada para a Câmara Legislativa para ser votada, e tornar-se Lei. Diante do exposto, o Sr. Milton Abrahão questionou se o Plano de Habitação teve participação popular, e a mesma respondeu que o Plano foi participativo, onde foram realizadas audiências públicas com a ampla divulgação do mesmo a todos os munícipes. Aproveitando a oportunidade, a Sra. Marcella Corrêa mencionou que desde o ano de 2022 o Plano vem sendo revisado, e conta com metas estabelecidas de curto, médio e longo prazo, no qual já está sendo considerado para as atividades de 2024. Em comparação aos planos realizados pela

Secretaria de Urbanismo, o Sr. Will Robson enfatizou a importância de definir o Plano de Metas e Ações, incluindo-os nos recursos financeiros, e possibilitando os Órgãos Públicos de inseri-los em seu Plano Plurianual, para que o Tribunal de Contas do Estado veja que as Secretarias estão coerentes com o que estão propondo. Assim como feito no Plano de Mobilidade, o Plano Diretor também propôs nos anexos as ações e os responsáveis designados, ficando apenas atrás quanto à parte orçamentária. Dando sequência à relatoria, o Sr. Antônio Fedele detalhou as atividades da pasta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que atualmente foi inaugurado o Centro de Comércio Popular com o remanejamento de cerca de 73 camelôs da Rua do Beco e 43 da Rua do Banco. O Centro de Comércio Popular disponibilizou cerca de 116 box com as devidas Permissões de Uso do Solo, que foram ofertadas através de Edital de Chamamento Público realizado pela Postura. Atualmente, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem dado suporte quanto a divulgação do espaço, pois a transição e mudança dos comerciantes para o novo espaço requer visibilidade do público. A conselheira Carla Nunes relatou que o novo espaço ficou muito bem organizado, limpo e bonito. O conselheiro Will Robson perguntou se existe algum projeto para a área do Antigo Camelódromo, visto o remanejamento dos comerciantes do local. Alguns conselheiros informaram que o local possui um dono, não tratando-se de uma área pública, e que toda a estrutura existente do espaço está sendo removida. A Sra. Carla Nunes trouxe a conhecimento de todos a respeito do antigo camelódromo, onde citou que o espaço é perigoso a nível de segurança, pois é nada mais que uma laje de piso normal com aproximadamente 10 centímetros, onde por baixo passa um rio conhecido como canal do aeroporto, que atravessa desde a Rua Domicílio da Gama, o Mercado Produtor, até desaguar no Rio Mumbuca. Com a oportunidade a Sra. Carla Nunes perguntou ao conselheiro Antônio Fedele a existência de alguma proposta ou projeto para a Praça de Alimentação, uma área que requer atenção por se tratar de um local de grande movimento. Os conselheiros presentes manifestaram suas indignações quanto a Praça de Alimentação, relatando-os que se encontra desorganizada, suja e com falta de acessibilidade, requerendo ao conselheiro Antônio Fedele que leve essa manifestação à Entidade representante. Logo após, o Sr. Ygor Oliveira lembrou o incidente que ocorreu na Praça de Alimentação que teve um box incendiado, e que no mesmo ano o Vice Prefeito esteve com os comerciantes e uma Autarquia realizando reunião para a melhoria do local. Entretanto, nenhuma ação foi feita naquele espaço, que permanece com a mobilidade péssima para os cadeirantes e idosos, além dos danos causados ao meio ambiente devido o despejo de gordura no Rio e o descumprimento da Lei de fumantes em espaços coletivos. Sem contar que muitos comerciantes da Praça de Alimentação estão iguais aos do Galpão, com as licenças antigas e expiradas, até mesmo com a licença em nome de outras pessoas. Contudo isso, os comerciantes tornam-se os mais prejudicados, pois permanecem dessa maneira e quando o Órgão Público for convocá-lo para essas oportunidades que surgem, os mesmos não possuem cadastro como Microempreendedor Individual e alguns nem buscam emitir por constar no Instituto Nacional de Seguro Social por alguma invalidez. Dentre todos os assuntos da Praça de Alimentação, a conselheira Carla Nunes e o Sr. Ygor Oliveira mencionaram sobre o desmembramento e reconhecimento de área do entorno, onde a Prefeitura Municipal de Maricá já obteve ganho no Tribunal de Justiça, por ser considerada uma Área Pública. Após a fala do conselheiro Ygor Oliveira, o Sr. José Rosa relatou a sua preocupação quanto a Rua dos Bancos, pois não é a primeira vez que retiram os camelôs do local e em seguida eles retornam. Para finalizar, o Conselho da Cidade de Maricá definiu o encaminhamento de Ofício para os Órgãos competentes para solicitar uma posição quanto aos Projetos existentes para as áreas mencionadas, antigo Camelódromo e Praça de Alimentação. Encerrada a oportunidade, o conselheiro Valério deu prosseguimento a relatoria acerca da 6ª Conferência da Cidade, no qual relatou que a Cidade de Maricá está validada, pois já realizou a sua Conferência, necessitando apenas de fazer uma Plenária local para discutir o texto base que foi proposto para a Nacional. A retomada do Conselho da Cidade Nacional só teve efeito após uma longa discussão no ano passado, com a realização do Fórum da Cidade nos Governos sociais e moradia e da Quinquagésima reunião do Conselho, que por decisão retornou com o Conselho da Cidade, e deu início a estruturação e organização da 6ª Conferência do Estado para a etapa do Conselho Nacional. O conse-

lheiro Valério Silva aproveitou para notificar ao Conselho da Cidade de Maricá que as reuniões estão acontecendo e já foram definidas o texto base e o Regimento Interno para que cada Município realize a sua Conferência. Diante do exposto, o Conselheiro Will Robson informou que se inscreveu para compor a Comissão Organizadora 6ª Conferência Estadual das Cidades RJ, após a sua nomeação como conselheiro suplente da Secretaria de Urbanismo, embora a base da Comissão organizadora seja o ConCidade. Posteriormente o Sr. Will Robson comunicou sobre os próximos encaminhamentos a serem feitos, pois a cidade de Maricá já realizou a 6ª e 7ª Conferência da Cidade, portanto encontra-se habilitada para a Conferência Estadual. O primeiro passo é aguardar a definição da Comissão Organizadora, e saber o número de conselheiros a ser estabelecido para participar da etapa Estadual, que acaso seja maior o número, devemos abrir um novo processo para escolher mais conselheiros temporários. Primeiramente, o Conselho da Cidade tem que resolver as vacâncias existentes, realizando os mandatos tampões no ConCidade, pois a renovação do Conselho só vai ocorrer no segundo semestre de 2025. Primeiramente o Conselho precisa discutir minimamente o texto base proposto pela Conferência Estadual e compartilhar com a Sociedade Civil. Para isso, é necessário aguardar a reunião da Comissão Organizadora Estadual para preparar o processo municipal, com um mínimo de 2 a 4 discussões a serem realizadas em dois ou três dias. O conselheiro Will Robson propôs aproveitar a realização da Etapa Municipal da Conferência para definir as vacâncias e aplicar o Regimento aos conselheiros ausentes ao longo deste mandato, onde colocaria essas vagas em novo processo de seleção. A princípio é necessário realizar uma reunião extraordinária híbrida, com curto tempo de duração e de pauta limpa. Em sequência, o conselheiro Ygor Oliveira ressaltou a necessidade de publicar um edital para preenchimento das vagas vazias, e substituição dos conselheiros que estão descumprindo o regimento do conselho. Visto que, alguns conselheiros estiveram presentes apenas no dia da posse e nunca mais participaram das reuniões realizadas pelo Conselho. Por isso, é preciso dar andamento ao preenchimento dessas vagas vazias e substituições, seja nessa etapa municipal da Conferência Nacional, ou em qualquer momento. Em concordância com o Sr. Ygor, o conselheiro Will Robson informou que no mandato anterior quase não tinha quórum suficiente no conselho, e nesse novo mandato tivemos inúmeras reuniões, e todas com números acima do quórum exigido pelo Regimento. Com a oportunidade de fala, o Sr. Rosevaldo Araújo solicitou ao Conselho o compartilhamento das Leis, Regimentos e documentos anteriores do ConCidade para os novos conselheiros substitutos. Logo a seguir, o Sr. Jaildo Souza expressou o seu apoio quanto notificar os conselheiros ausentes, a fim de substituir e preencher as vagas em aberto. Ao concluir a reunião, o Sr. Will Robson informou que o Conselho da Cidade de Maricá tem funcionando plenamente e desenvolvido um ótimo mandato, mesmo com essas pendências a resolver. Em resumo os encaminhamentos realizados nesta Reunião Ordinária do ConCidade foram os seguintes: 1 – Ofício solicitando às Secretarias responsáveis informação sobre a existência de projetos para a Praça de Alimentação e do Antigo Camelódromo. 2 – Ofício notificando os conselheiros ausentes. 3 – Ofício/convite para a Defesa Civil apresentar o Plano de Contingência e Risco de Maricá. 4 – Moção de Apoio a Prefeitura Municipal de Maricá acerca da Preservação das Áreas do Taboal. Depois de fechadas e concluídas as falas finais, sem mais nada a tratar, a 1ª Reunião Ordinária de 2024 do ConCidade foi encerrada às 16 horas e 20 minutos. A reunião foi pública e teve registro de cerca de 21 participantes, que assinaram a lista de presença, conforme consta em anexo, junto ao Livro de Atas do ConCidade. A Ata foi lavrada e certificada por Patrícia Albuquerque dos Santos Marins, Secretária Executiva do ConCidade, Assessora da Secretaria de Urbanismo (SEURB). Assim, certificamos e damos fé pública à presente Ata.  
Maricá, 24 de abril de 2024  
Will Robson Coelho  
Coordenador de Planejamento Urbano e Gestão da Cidade  
Suplente do Presidente do ConCidade  
Patrícia Albuquerque dos Santos Marins  
Secretária Executiva do ConCidade